



Bibliografia Básica

IMPORTANTE:

Esta bibliográfica básica tem como objetivo nortear os estudos dos candidatos, contudo é importante relacioná-la aos temas do exame.

A bibliográfica refere-se a livros de importantes autores que abordam assuntos relacionados aos temas contemplados na CA-600.

1. Livro: Mercado Financeiro – Eduardo Fortuna; 18ª Edição; Editora Qualitymark.
2. Livro: Matemática Financeira e suas aplicações – Alexandre Assaf Neto; 11ª Edição; Editora Atlas.
3. Livro: Matemática Financeira – José Dutra Vieira Sobrinho; 7ª Edição; Editora Atlas.
4. Livro: Curso de Direito Civil – Melhim Namem Chalhub; 1ª Edição; Editora Forence.
5. Manual: Manual da Moradia Própria – Caixa Econômica Federal



Legislação Básica

IMPORTANTE:

Esta legislação básica tem como objetivo nortear os estudos dos candidatos.

O conteúdo do Exame CA-600 não se restringe apenas as legislações citadas, sendo responsabilidade dos candidatos relacionarem a relação apresentada ao Conteúdo Programático do Exame.

Tema	Tipo	Ementa	Artigo	Situação
Sistema Financeiro Nacional - SFN	LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964.	Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.		NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Sistema Financeiro da Habitação - SFH	Lei 4.380 de 21/08/1964	Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.		NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Sistema Financeiro da Habitação - SFH	LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.	Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Artigo 4º	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Sistema Financeiro da Habitação - SFH	Resolução CMN 1.980 de 30/04/1933	Aprova Regulamento que Disciplina o Direcionamento Dos Recursos Captados Pelas Entidades Integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e as Operações de Financiamento Efetuadas No Âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		
Sistema Financeiro da Habitação - SFH	Resolução 3157, de 17/12/2003	Dispõe sobre a definição das instituições integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		
Sistema Financeiro da Habitação - SFH	LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.	Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Artigo 4º	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI	LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	Artigos – 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 17 a 21	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Garantias Imobiliárias	LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	Artigos – 22, 23, e 26 (parágrafo 2º) a 33	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Garantias Imobiliárias	Resolução 3932, de 16/12/2010	Altera e consolida as normas sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).	Artigo 16	
Garantias Imobiliárias	LEI Nº 5.741, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1971.	Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.		
Garantias Imobiliárias	DECRETO-LEI Nº 70, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966.	Autoriza o Funcionamento de Associações de Poupança e Empréstimo, Institui a Cédula Hipotecária e dá outras providências.		NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Garantias Imobiliárias	LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.	Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.		NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Garantias Imobiliárias	LEI 10.406/2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL.	818 a 839; 1.419 a 1.430; 1.419 a 1.437; 1.451 a 1.460; 1.473 a 1.488; 1.492 a 1.501;	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Garantias Imobiliárias	Resolução 1980, de 30/4/1993	Aprova Regulamento que disciplina o Direcionamento dos Recursos Captados Pelas Entidades Integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança E Empréstimo (Sbpe) E As Operações De Financiamento Efetuadas No Âmbito Do Sistema Financeiro Da Habitação (Sfh).	Artigos. 25 e 26	
Produtos para Pessoa Física	RESOLUÇÃO SUSEP Nº 205, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009	Dispõe sobre o seguro habitacional e dá outras providências.	Anexo - Disposições Aplicáveis Ao SH/AM	

Produtos para Pessoa Física	Resolução 3932, de 16/12/2010	Altera e consolida as normas sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).	Cap. IV (SFH)	
Tema	Tipo	Ementa	Artigo	Situação
Produtos para Pessoa Física	LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	Artigo - 38	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Produtos para Pessoa Física	Resolução 3409, de 28/9/2006	Define a metodologia de cálculo do percentual referente à remuneração básica dos depósitos de poupança de que trata o parágrafo único do art. 18-A da Lei 8.177, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 321, de 2006.	Artigo – 1º	
Produtos para Pessoa Física	Lei 4.380 de 21/08/1964	Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.	Artigo – 15; 15 A; 15 B e 61	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Produtos para Pessoa Física	RESOLUCAO 3517, DE 6/12/2007	Dispõe sobre a informação e a divulgação do custo efetivo total correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas.		
Produtos para Pessoa Física	Resolução 1980, de 30/4/1993	Aprova Regulamento que disciplina o Direcionamento dos Recursos Captados Pelas Entidades Integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança E Empréstimo (SBPE) E As Operações De Financiamento Efetuadas No Âmbito Do Sistema Financeiro Da Habitação (SFH).	Artigo – 19 (saldo SFH); 31,32 e 34	
Produtos para Pessoa Física	CIRCULAR SUSEP - 400 de 11 de fevereiro de 2010	Dispõe sobre a informação e a divulgação do Custo Efetivo do Seguro Habitacional – CESH, em relação às coberturas dos Riscos de Morte e Invalidez Permanente – MIP e Danos Físicos ao Imóvel – DFI.		
Produtos para Pessoa Física	Lei 8.177 de 01/09/1991	Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências.	Artigo – 18 A	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Produtos para Pessoa Física	LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.	Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.	Artigo 188	Na Base Da Legislação a Lei 4.827, De 1924, Revogada Pela Lei 6.015, de 1975, É Registrada Como DPL - Decreto Do Poder Legislativo: Dpl 4.827, De 1924.
Produtos para Pessoa Física	LEI No 10.931, DE 02 DE AGOSTO DE 2004.	Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei no 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis no 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no 4.728, de 14 de julho de 1965, e no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.	Artigo – 63 e 52	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Produtos para Pessoa Física	LEI No 8.692, DE 28 DE JULHO DE 1993.	Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.	Artigo – 21	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Produtos para Pessoa Física	Resolução 3706, de 27/3/2009	Dispõe sobre a concessão de financiamentos imobiliários, o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), a realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores e altera a Resolução nº 2.828, de 2001, que trata da constituição e do funcionamento de agências de fomento.	Artigo - 2	RESOLUÇÃO CMN 3757/2009 DOU 02/07/2009 PAG 57 - REVOGACAO: ART/10. RESOLUÇÃO CMN 3932/2010 DOU 17/12/2010 PAG 79 - REVOGACAO: ART/3 ART/4 ART/5 ART/6 ART/7 ART/8.
Seguros/ Seguradoras	LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	Artigo – 4º - inciso IV	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA

Seguros / Seguradoras	RESOLUCAO CNSP - 205 de 18 de novembro de 2009	Dispõe sobre o seguro habitacional e dá outras providências	3º, 4º, 13º, 22º, 26º	
Tema	Tipo	Ementa	Artigo	Situação
Seguros / Seguradoras	LEI 11.977/2009	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - PMCMV E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS LOCALIZADOS EM ÁREAS URBANAS; ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.365 , DE 21 DE JUNHO DE 1941, AS LEIS NºS 4.380 , DE 21 DE AGOSTO DE 1964, 6.015 , DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, 8.036 , DE 11 DE MAIO DE 1990, E 10.257 , DE 10 DE JULHO DE 2001, E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.197-43 , DE 24 DE AGOSTO DE 2001; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	79	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Seguros / Seguradoras	CIRCULAR SUSEP - 111 de 3 de dezembro de 1999 [Consolidado]	Dispõe sobre as condições Especiais, Particulares e as Normas de Rotinas para a Apólice de Seguros Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e da outras providencias.		Alterou: CIRCULAR 73/98 [Anexos] Revogou: CIRCULAR 6/93 , CIRCULAR 5/95 , CIRCULAR 8/95 , CIRCULAR 14/95 , CIRCULAR 49/98 , CIRCULAR 60/98 , CIRCULAR 95/99
Seguros / Seguradoras	RESOLUCAO 3811, DE 19/11/2009	Dispõe sobre a cobertura securitária prevista no art. 2º da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.		RESOLUÇÃO CMN 3932/2010 DOU 17/12/2010 PAG 79 - REVOGACAO: ART/8.
Custos e Tributação	DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946.	Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.	Artigos – 68 e 101	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Custos e Tributação	Resolução 3932, de 16/12/2010	Altera e consolida as normas sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).	Artigo – 14 parágrafo 4º e 5º	
Custos e Tributação	DECRETO Nº 7.458, DE 7 DE ABRIL DE 2011.	Altera o Decreto no 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.		NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Custos e Tributação	LEI 10.406/2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL.	2.038	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Custos e Tributação	DECRETO Nº 6.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007.	REGULAMENTA O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS - IOF.	1º, 2º, 5º 9º, 18º a 22º	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Código de Defesa do Consumidor	LEI 8.078/1990	DISPÕE SOBRE PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	4º, 6º, 7º, 12º a 29º, 36º a 42º, 46º a 80º	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Ouvidoria	RESOLUCAO 3849, DE 25/3/2010	Dispõe sobre a instituição de componente organizacional de ouvidoria pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	1º, 2º	Citações e Revogações •LEI 4595/64 ART/9. •LEI 4595/64 ART/4 VIII. •CITA RESOLUÇÃO CMN 2554/98 ART/2. •CITA RESOLUÇÃO CMN 3056/2002 3165/2004. •CITA RESOLUÇÃO CMN 2107/94 ART/1 PARAG/1 ITEM/I ITEM/III. REVOGA RES CMN 477/2007 3489/2007
Pós Contratação	Resolução 1980, de 30/4/1993	Aprova Regulamento que disciplina o Direcionamento dos Recursos Captados Pelas Entidades Integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança E Empréstimo (Sbpe) E As Operações De Financiamento Efetuadas No Âmbito Do Sistema Financeiro Da Habitação (Sfh).	Artigos. 20	
Pós Contratação	RESOLUCAO 3516, DE 6/12/2007	Veda a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e estabelece critérios para cálculo do valor presente para amortização ou liquidação desses contratos.		